



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: ST5 TRABALHO, ORGANIZAÇÕES E PROFISSÕES

**O CONSERVADOR-RESTAURADOR: ANÁLISE DE PERCURSOS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NUMA
PROFISSÃO EM TRANSFORMAÇÃO**

SÁ, Silvia

Mestre em Ciências da Educação

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Assistente Convidada do Instituto de Educação da
Universidade de Lisboa

silvia.carvalho.sa@gmail.com

Resumo

Esta comunicação resulta de uma investigação de mestrado, concluída em 2011, apresentando uma análise do processo de socialização e construção da identidade profissional do conservador-restaurador em Portugal. Trata-se de um estudo exploratório, sendo que o contributo empírico resulta da recolha de quatro trajectórias profissionais, obtidas através de narrativas biográficas orais que traduzem variados projectos e relatos experienciais no seio de uma mesma profissão, revelando olhares e situações presentes singulares.

Numa recursividade permanente entre leitura do teórico e do vivencial, dá-se conta de um conjunto de linhas interpretativas da dinâmica identitária deste grupo profissional.

Abstract

This communication results from a research of a Masters degree, completed in 2011, which presented an analysis of the socialization process and professional identity construction of the conservator-restorer in Portugal. This is an exploratory study in which the empirical contribution, results from the collection of four professional paths, obtained by oral biographical narratives that show various experiential projects and reports within the same profession, revealing perspectives and unique contemporary situations.

In a continuous relationship between theoretical and experimental, it gives a set of interpretative lines of this professional group identity dynamics.

Palavras-chave: Identidade Profissional; Conservador-Restaurador; Socialização;

Keywords: Professional identity; Conservator-Restorer; Socialization;

[PAP0092]

Âncoras do Estudo

De modo sumário, vários factores impulsionaram a mudança que se tem vivido nas três últimas décadas no seio desta profissão, residindo principalmente: na criação de programas de nível superior (Magalhães & Curvelo, 2007), na evolução das práticas profissionais, associada a uma crescente especialização sempre atenta à requerida interdisciplinaridade (Philippot, 1960), acompanhada do recente reconhecimento legal da necessária competência técnica na direcção de obras ou intervenções (Decreto-Lei n.º 140 /2009; Remígio, 2010), no recurso a movimentos associativos e na progressiva valorização e visibilidade desta carreira científica e técnica. Múltiplos factores contribuíram para a gradual legitimação de um discurso e valorização de um saber profissional.

Face a este cenário de mudança, a presente comunicação¹ procura apresentar uma incursão sobre o processo de socialização e construção da identidade profissional do conservador-restaurador.

Os percursos de construção da identidade são aqui perspectivados enquanto processos dinâmicos. Considera-se que a identidade profissional não emerge da mera passagem do sistema escolar para a imersão na prática profissional, pois, no centro deste processo de socialização, marcado pela instabilidade da envolvente, encontra-se um indivíduo em plena (re)construção. Neste sentido, a construção de identidades, marcada pelas situações e sistemas particulares onde cada um se insere, é um processo de construção, desconstrução e reconstrução (Gonnin-Bolo, 2007). Assim, a identidade nunca é “dada”, adquirida de uma vez por todas, sendo antes um processo de co-construção, feito de conversão de formas, de uma aprendizagem ao longo da vida, de riscos associados e da conciliação com projectos pessoais.

1. A emergência da mudança na profissão

A Conservação e Restauro ocupa hoje um lugar preponderante na salvaguarda e recuperação do património, enquanto disciplina que integra intervenções bem específicas de salvaguarda de um objecto ou de um monumento, no respeito pelo seu significado tanto cultural, como histórico, estético, ético e artístico. Sendo aparentemente uma disciplina de cariz prático, a Conservação e Restauro é principalmente a aplicação de diversificados conhecimentos teóricos provenientes de várias disciplinas (ex: Química, Física, Biologia, História, História da Arte, Museologia), tendo sempre presente a teoria da Conservação e Restauro e o respeito pelo Código de Ética da Profissão, advogado pela Confederação Europeia dos Conservadores-Restauradores (ECCO).

Traçaremos agora o quadro contextual dos novos desafios que se colocam nesta profissão em plena mudança.

1.1 Da prática à cientificidade

O processo histórico da constituição do campo profissional, acompanhou as teorias, convenções e evoluções no domínio do restauro. Destacando-se aqui os congressos internacionais e as reuniões profissionais, promovidos regularmente por diversos organismos, que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação de uma metodologia científica de restauro, estabelecimento e difusão alargada de critérios e recomendações. Assistiu-se a uma aproximação às ciências, pelo desenvolvimento de um espírito crítico, da exploração de métodos científicos de exame/diagnóstico e do rigor das técnicas empregues. Para Bergeon (1996), o restaurador passou a ser parceiro dos homens de laboratório e dos historiadores, arqueólogos e arquitectos, assumindo o papel de “homem de diálogo”. A exigência e o rigor associados à sua acção prática de intervenção levaram à concepção e implementação de uma formação especializada, que permitisse integrar a prática artesanal num conjunto de conhecimentos científicos, completada por uma formação histórica e crítica à altura das responsabilidades que este profissional assume (Philippot, 1996).

1.2 O gradual reconhecimento legal

Em Portugal, a figura do profissional da conservação e restauro apenas foi definida legalmente com a publicação do Decreto-Lei n.º 245/80 de 22 de Julho, que se aplica ao pessoal das carreiras de conservação e restauro integrado em organismos ou serviços dependentes do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), reconhecendo-se, no preâmbulo, que se trata de uma profissão mal definida e sem protecção:

“A par do historiador, do arqueólogo, do etnógrafo, do historiador de arte, do químico e de outros especialistas das ciências humanas e naturais, surge o técnico que sabe garantir a preservação das condições materiais do objecto, identificá-lo como falso ou verdadeiro e restaurar-lhe a aparência e a estrutura quando a acção do tempo, a incúria ou qualquer catástrofe as alterou. Profissão até agora mal definida e sem protecção no nosso país, urgia esclarecê-la e regulamentá-la, pois ao técnico de conservação e restauro compete intervir - e quantas vezes de modo inevitavelmente irreversível - sobre os testemunhos originais da criação artística (obras de arte) e da vida quotidiana, não raro portadores de uma mensagem cultural (outros bens culturais)”.

Com a publicação deste diploma, “a profissão de conservador-restaurador que sempre estivera indefinida, e sem qualquer tipo de enquadramento jurídico/funcional começava agora a dar os primeiros passos no sentido da sua definição e da sua regulamentação” (Pereira, 2002: 5).

O progressivo reconhecimento legal da profissão, verifica-se ainda com a publicação do Decreto-lei nº 55/2001, que sublinha a importância das acções serem acompanhadas por técnicos devidamente credenciados, que legitima a necessidade de especialização académica. A recente publicação do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho, trouxe um novo reconhecimento da necessidade de qualificação e especialização do Conservador-Restaurador, pois este novo diploma obriga a que, conforme o descrito no artigo 22º, a direcção dos trabalhos de conservação e restauro (estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal) seja assegurada por um técnico habilitado com formação superior de cinco anos em conservação e restauro e cinco anos de experiência após a obtenção do título académico.

1.3 A formação especializada

Na análise deste percurso de gradual conquista legal e maturidade científica, é ainda de salientar a evolução da formação especializada, desde a década de 80, sendo possível mapear a actual oferta pelos diversos programas de formação académica existentes a nível nacional na área da conservação e restauro (Quadro 1). A par de uma formação generalista que integra um programa curricular de intensa prática de laboratório, trabalho de campo, estágios profissionais e trabalhos de investigação, os conservadores-restauradores seguem áreas de especialização², que podem ser aperfeiçoadas pela prática e/ou aprofundadas em ciclos pós-graduados de formação.

Assim, a par do já referido gradual reconhecimento legal, a crescente formalização da certificação de saberes e competências, reforçou a legitimação de um discurso que reconhece a existência de práticas profissionais exclusivas, que deverão apenas ser asseguradas por actores devidamente credenciados.

Quadro 1 – Formação Superior em Conservação e Restauro (Fonte: Adaptado do Portal de Conservação e Restauro – PRORESTAURO³; Consulta dos websites das instituições e do Guia da Candidatura ao Ensino Superior 2011 – informação disponível em Julho de 2011)

Ensino Superior (pós-Bolonha)			
Instituição de Ensino	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Universidade de Coimbra (UC) – Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT)	-	Conservação e Restauro	-
Universidade Nova de Lisboa (UNL) - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)*	Conservação - Restauro	Conservação e Restauro Ciências da Conservação	Ciências da Conservação Teoria, História e Técnicas
Universidade de Lisboa (UL) – Faculdade de Letras (FL)	-	Arte, Património e Restauro	Arte, Património e Restauro (Instituto de História de Arte)
Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar (ESTT)*	Conservação e Restauro	Conservação e Restauro	-
Universidade Portucalense Infante D. Henrique- Centro de Conservação e Restauro (UPT)	Conservação e Restauro do Património	-	-
Universidade Católica Portuguesa (UCP) - Escola das Artes (Porto)*	Arte – Conservação e Restauro	Conservação de Bens Culturais	Conservação de Bens Culturais (Áreas de Especialização: Pintura e Materiais Inorgânicos)
Escola Superior de Tecnologia e Artes de Lisboa (ESTAL)	Conservação e Restauro**	Conservação e Restauro (pós-graduação)	-
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)	Conservação e Restauro do Património Cultural**	-	-
Escola Superior de Artes Decorativas (ESAD) da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (FRESS)	Conservação e Restauro	Conservação e Restauro	-

* Escolas reconhecidas e membros do *European Network for Conservation-Restoration Education* (ENCoRE)

** Cursos sem abertura no ano lectivo de 2011/2012

1.4 A exposição de uma profissão que cativa e impressiona

Alvo de uma atenção particular, a profissão é posta em “cena” e dada a conhecer por diversos meios e em diversos contextos. Assiste-se à laicização de um saber anteriormente mantido num ciclo de conhecedores: abrem-se as portas dos bastidores e do “teatro do tempo”, através da demonstração de resultados das novas tecnologias empregues (ex: radiografia; dendrocronologia; reflectografia de infravermelhos). Publicam-se

revistas e obras científicas que integram todos os métodos e “descobertas” deste profissional, disponível para a consulta dos seus pares ou mesmo de simples “curiosos”.

Num tom de revelação de mistérios, dá-se a conhecer todos os segredos deste trabalho: no ecrã televisivo, em numerosos documentários ou reportagens; na imprensa escrita, com artigos em jornais, revistas ou suplementos; na internet, em espaços de divulgação ou discussão; nas exposições abertas ao grande público. Explicam-se intervenções de obras e peças de arte (des)conhecidas, tornando-as cada vez mais compreensíveis ao olhar do público, sensibilizando-o de uma forma didáctica para as questões da preservação do património e para a importância de recursos e métodos científicos no seu estudo e preservação. Nesta revelação do “processo oculto” que permitiu obter o resultado que está “à vista”, Drouguet (2010) alerta para o aumento da exploração da esfera mediática, aproximando-a de um modo de divertimento. Este lado lúdico procura cativar o visitante, espectador, leitor ou internauta reconhecendo o verdadeiro do falso, exercitando-se ao “jogo das 7 diferenças” ou comparando as obras “antes e depois”. A nível internacional, assiste-se a restauros “espectaculares” (Prieur, 2010), que visam a montagem de um cenário e interesse como se de um espectáculo se se tratasse. Para alguns autores, a principal meta desta “espetacularização” é de âmbito educativo: educação do olhar e educação para a ética da conservação e restauro. Trata-se de traduzir numa linguagem acessível, todo o processo científico, histórico e estético (Reille-Taillefert, 2010). Outros autores alertam para os riscos associados à extrema mediatização, pois consideram que com a publicação de resultados apenas em revistas científicas corre-se o perigo de um discurso estéril, com explicações complexas reservadas a “entendidos” na matéria, mas em contrapartida, a extrema mediatização também não pode ser conduzida apenas numa vertente comercial (Prieur, 2010).

Ao suscitar um novo interesse ou mesmo um efeito de mera “curiosidade”, sensibiliza-se o público para a importância desta actividade que produz novos conhecimentos, essenciais para a boa conservação de bens patrimoniais, e traz-se uma nova valorização e visibilidade da profissão, que cativa pelos segredos que revela e que impressiona pelos rigor e método científico utilizado, desconstruindo gradualmente anteriores associações ou ideias falsas acerca da profissão. Paralelamente, esta sensibilização apela à atenção de grupos específicos, fazendo nomeadamente pressão junto de grupos políticos, processo essencial para o reconhecimento legal e fiscalização da profissão. Porém, como já referido, este novo *modus vivendi* da profissão, cada vez mais exposta ao olhar e crítica do público, não reúne consenso por parte de todos os profissionais que questionam se a mera mediatização é acompanhada da indispensável mediação do acesso a este conhecimento.

2. Metodologia

Tendo privilegiado uma *démarche* indutiva, as questões orientadoras do “universo interpretativo do investigador” (Paillé & Mucchielli, 2003: 74) potenciaram a análise deste corpo profissional, assente na conceptualização teórica de identidade profissional de Dubar (1997), e conduzida numa metodologia de cariz qualitativo. Numa lógica próxima das pessoas, das suas acções e testemunhos, a abordagem biográfica (Demazière, 2007; Bertaux, 1997) consistiu a nossa forma de aproximação ao Outro, conferindo sempre um especial estatuto à palavra dos actores (Demazière & Dubar, 1997).

Cada profissão detém um sistema de codificação próprio da sua actividade, adquirido e (re)construído através dos conhecimentos transmitidos em formação e pela prática. Assim, alguns autores (Falzon, 1991) chamam a atenção para a distinção entre os diálogos *expert/non-expert* e entre *experts*. De facto, ao inquirir um profissional acerca da sua actividade, encontraremos um recurso regular a uma terminologia própria, comum aos *experts*. Evidentemente, assistiremos também a uma “filtragem” da informação, com um léxico possivelmente adaptado à representação que o inquirido detém face ao investigador, quer pela facilitação do vocabulário empregue, quer pela tentativa de clarificação de conceitos-chave da profissão, nomeadamente: objectos/instrumentos de trabalho, técnicas, produtos/resultados, tarefas/acções, cargos, normas, siglas e instituições do seu meio profissional. Segundo Kramarz (1991) “a situação de interrogação constrange a declaração da pessoa entrevistada, que tem de escolher as suas palavras no seio de um sub-conjunto do

repertório o mais ajustado ao contexto” (id: 3). Este esforço, consciente ou inconsciente, procura garantir a inteligibilidade do discurso para o “leigo na matéria”, distanciando-se de uma linguagem especializada e aproximando-se de uma linguagem natural, que mobiliza conhecimentos gerais, não especializados (Falzon, 1991). Como defendido por Debroux (2008), é possível constituir um “stock” de palavras para referenciar e explicar a sua profissão, porém, o contexto de produção e declaração deste discurso tem um papel activo na escolha de cada termo, não podendo por isso ser negligenciado.

Neste contexto, cuidaremos de apresentar alguns traços de quatro percursos experienciais, obtidos através de narrativas biográficas orais. Procurou-se recolher opiniões de indivíduos, cuja experiência pudesse contribuir para a compreensão da construção da identidade profissional face a diferentes trajectórias de conservadores-restauradores. Neste estudo de caso, optou-se pelo método da entrevista de cariz biográfico, onde cada narrativa pessoal, procura recolher informação acerca de trajectórias profissionais que possam numa segunda etapa dar lugar a um olhar cruzado, que identifique similitudes e dissemelhanças, *“trata-se para o investigador de recolher múltiplas descrições dos mesmos objectos ou fenómenos provenientes de sujeitos diferentes para tentar encontrar “o que há de comum nas diferentes abordagens (mesmo se for necessário fazer tipologias)”* (Mucchielli, 2007: 3). Procurando garantir a credibilidade das interpretações, recorreu-se a protocolos de triangulação das fontes de dados (Stake, 2009), confrontando dados provenientes de diferentes fontes (dados de opinião - entrevistas, documentos oficiais, notas de campo - observações, etc.).

Neste processo de rememoração, após uma breve apresentação introdutória e explicativa dos propósitos da investigação, utilizou-se a seguinte questão inicial enquanto orientação para a construção da narrativa biográfica de cada profissional: *“Se concordar, gostaria que me contasse o que é ser conservador-restaurador”*. Esta breve questão introduziu uma espécie de *contrato* entre o investigador e o entrevistado, permitindo delimitar a orientação dos temas que se afiguram pertinentes para a conversa. Este mote para o relato retrospectivo foi sendo nutrido por questões pontuais que ocorreram à medida do fio do discurso (cronológico ou não), partindo dos termos e contextos de acção dos actores, procurando evocar episódios, métodos e visões que traçam o relato da experiência de cada profissional.

Os 4 sujeitos inquiridos nos meses de Maio e Junho de 2011, três de género feminino e um masculino, têm idades compreendidas entre os 30 e os 55 anos, todos eles residentes na área da Grande Lisboa, repartidos de forma igualitária pelo sector público e privado. Cada um dos participantes intervém num diferente domínio específico deste sector profissional, designadamente: pintura; escultura e talha dourada; mobiliário; papel. Os nomes aqui referidos são fictícios, procurando garantir o anonimato de cada entrevistado.

3. A investigação: alguns resultados

A informação relativa ao percurso biográfico dos entrevistados permitiu traçar a trajectória individual, identificando os momentos de tomada decisão e de tensão (a orientação profissional; a escolha de uma especialização; os novos empregos; etc.), as transições e os processos de ajustamento, desconstrução/reconstrução imanentes, que delineiam o “retrato” do profissional. A porta de acesso a esta leitura faz-se mediante o relato do sujeito, mais reflexivo ou descritivo, e pela consciência manifesta da unidade e continuidade da sua trajectória, orientada pela constante redefinição de si.

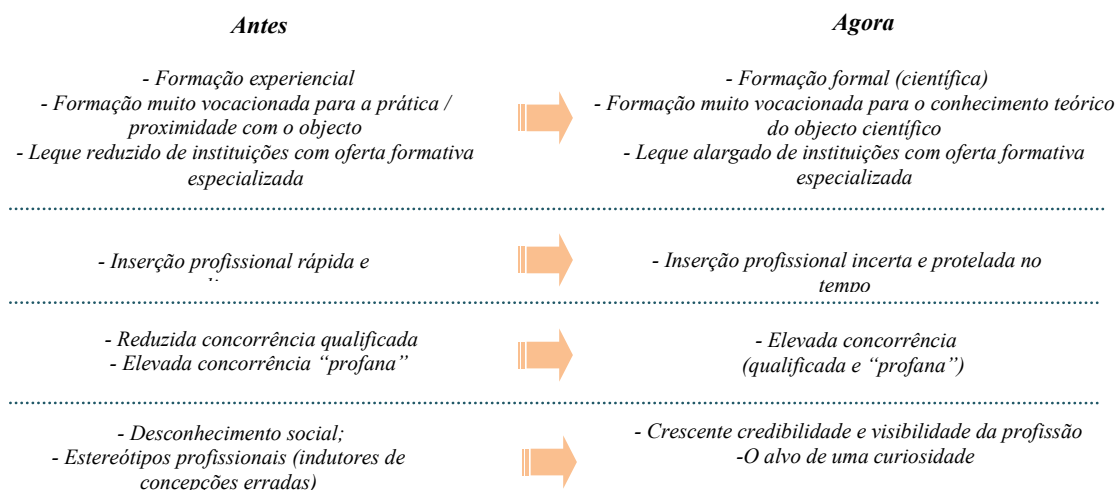
Utilizando como ponto de partida uma incursão nos percursos experienciais dos quatro protagonistas inquiridos, apresentaremos seguidamente, de forma breve e sucinta, apenas o conjunto de dimensões e temáticas comuns, que através de conjunções várias procuraram identificar e analisar dinâmicas existentes nesta profissão. As categorias estruturantes dos discursos permitiram identificar “núcleos” de preocupação emergentes e recorrentes da pertença a este grupo profissional, situando a singularidade de cada discurso face a realidades partilhadas (a inserção profissional; os actuais programas académicos; as tendências na profissão; o mercado; a associação profissional; etc.).

3.1 Um contexto modificado

Nas narrativas biográficas, o sentido atribuído à acção e à construção do trajecto singular, com mais de uma década de experiência profissional, faz-se mediante uma clara disjunção entre: *o passado*, que constitui o momento da orientação profissional, da formação e da inserção profissional, de um panorama profissional e social que se transformou com o passar dos anos; e *o presente*, sinónimo da actual actividade profissional e dos projectos que se formulam, num cenário delimitado pela conjuntura económico-social e pelo adquirido estatuto da profissão.

Assim, a identidade para si constrói-se face a um contexto que se modificou. Numa preocupação de reunir e integrar as noções-chave associadas à visão destes “períodos” de ruptura e continuidade, elaborou-se um quadro de análise (figura 1), numa visão quase dicotómica. Este esquema reúne os principais elementos veiculados na constituição do universo conceptual apresentado neste estudo, retomando 4 enfoques que ajudam a compreender o processo de mudança: a formação inicial; a inserção profissional; o exercício da profissão face ao mercado; reconhecimento social da profissão.

Figura 1 – A visão de uma profissão em mudança



3.2 Indicadores contextuais da profissão

Procuraremos agora destacar alguns elementos que configuram dimensões de um viver colectivo. Sem pretensão de exaustividade, é possível recensar diversos factores que contribuíram para a progressiva transformação da profissão, com impacto na própria dinâmica identitária. No processo de profissionalização do “conservador-restaurador” destaca-se: a crescente maturidade da disciplina e legitimidade científica da actividade (o rigor de um método com resultados “à vista”); a crescente qualificação académica (Bourdoncle, 1991; Lessard & Bourdoncle, 2002) com “escolas” e correntes diferentes, que gerou diferentes perfis geracionais; a progressiva especialização (exigência da associação profissional/ exigência da regulamentação⁴); as recentes definições e enquadramentos legais. A par destas transformações, a profissão lida com algumas realidades que ultrapassam as fronteiras do seu campo profissional, nomeadamente: *o fenómeno de crescente precariedade laboral*, com o aumento de trabalhadores independentes e das práticas de subcontratação, a existência de formas de assalariamento “camuflado” sob a designação de “prestação de serviços”/“recibos verdes”, o recurso a actividades paralelas e acumulação de funções - formas de pluriactividade-; *o difícil ingresso na profissão face a um “mercado saturado”*; *a pouca fiscalização dos trabalhos*; *as verbas reduzidas e os cortes orçamentais na área da cultura*.

O crescente reconhecimento social e visibilidade da profissão

A gradual interacção e abertura da sua actividade à sociedade civil – o trabalho anteriormente feito em ateliê, à porta fechada, é hoje alvo de uma aproximação ao seu público-, permitiu um reforço da ligação entre a imagem que o profissional tem de si próprio, as funções que efectivamente é chamado a desempenhar e o reconhecimento que a sociedade delas faz. A disseminação do conhecimento e difusão dos processos e dos resultados é hoje uma prática corrente na profissão, com recurso a diversos meios e suportes como, por exemplo, as revistas e os encontros científicos, os núcleos temáticos em exposições, os fóruns de discussão na internet e a utilização temática das redes. O incremento desta prática de comunicação tem uma dupla vocação: interna, pela criação de espaços de encontro, partilha, discussão e confronto de ideias dos profissionais da área, que actuam numa relativa solidão; externa, pela construção de uma imagem social da profissão, correspondente a um estatuto e competência que se pretende ver reconhecido. Para além deste reforço da imagem social da profissão, fica ainda a relevância do envolvimento e interacção com o público/utente/visitante enquanto nova oportunidade para a área.

Segundo Magalhães (2010), esta relação permitirá “ganhar uma geração para o Património”, apostando na sensibilização das populações e do público fruidor para as questões de salvaguarda do património. A já referida curiosidade, de que a profissão é actualmente alvo, é reforçada pelo poder simbólico da sua acção, como enaltecido na seguinte introdução de uma emissão radiofónica dedicada à profissão⁵:

“está em jogo preservar memórias, guardar o passado com vista a um futuro mais consistente, é uma tarefa entregue aos conservadores-restauradores que com minúcia deixam impressos nas obras e nos objectos a paciência dos sábios, limpam tecidos e superfícies, onde as cores foram consumidas pela voragem do tempo, restituem a beleza escondida pelas sombras da corrosão, ressuscitam esplendores antigos da nossa identidade cultural”.

A formação profissional: uma mudança estrutural no campo profissional

Os entrevistados dão-nos a conhecer a história recente da formação inicial, designadamente: a extinção de uma escola de referência a nível nacional (integrada num programa mais próximo da cientificidade da prática e do discurso; a abertura de uma pluralidade de graduações académicas na área em diversas instituições de ensino superior do país (“proliferação de cursos”); a passagem do grau de bacharel a licenciado, com a gradual exigência da licenciatura como habilitação mínima; a “generalização” do grau de mestre como nível desejável de habilitação. Neste âmbito da profissionalização, convém destacar a tentativa do corpo profissional de controle sobre a formação e o acesso à profissão (Almeida, 2010) com vista à defesa de privilégios e de direito exclusivo de exercício, procurando erradicar formações inadequadas e reconhecendo formalmente um número limitado de escolas de conservação e restauro (3 reconhecidas em Portugal de entre as múltiplas existentes).

A evolução dos modelos de formação e dispositivos, modelo da competência vs. modelo da qualificação (Dubar & Tripier, 1998), remetem-nos para dois modos diferentes de socialização profissional, estruturando “formas identitárias” diferentes. De facto, nos relatos recolhidos, os profissionais destacam a “escola prática” de que são “filhos”, valorizando um anterior modelo centrado na aprendizagem por imersão no contexto, distanciando-se das actuais tendências académicas, excessivamente orientadas pela cientificidade. A anterior abordagem adoptada na formação inicial centrava-se na “educação do olhar”, promovendo uma articulação entre conhecimento científico e acção profissional contextualizada e caracterizada pela definição de processos de racionalização dos saberes, formando um perfil profissional conhecedor do objecto e apto a reflectir sobre a sua acção, integrando-se e adaptando-se com maior “naturalidade”.

A mensagem veiculada faz-nos crer que a anterior abordagem formativa – de carácter mais profissionalizante - permitia transmitir o código de referência do grupo, pela integração de normas, valores e modelos de comportamento do grupo. Os participantes deste estudo fizeram questão de salientar o peso que representa esta reorganização dos saberes teóricos e formais (transmissíveis) e a perda do conhecimento da

realidade, adquirido na experiência de “terreno”. Este parecer enquadra-se na gradual transformação da profissão, com aplicação das ciências físico-químicas ao património cultural material, com novos métodos de caracterização, dando origem a novas formas de interacção com o objecto.

Uma delicada inserção profissional

Considerando o cenário de modalidades de emprego precário, a elevada concorrência e competição entre os numerosos profissionais diplomados (competição intraprofissional), a entrada na profissão afigura-se difícil, pondo à prova a capacidade de adaptação do recém-diplomado. Face ao panorama actual, prevê-se uma difícil socialização profissional por antecipação e presume-se a delicada inserção, onde “*cada passo pode ser fatal*” (Bernardo). O cenário incerto obriga a uma nova profissionalidade, consciente do desemprego recorrente e das formas flexíveis de emprego. As dificuldades de inserção e do próprio exercício profissional levam a elevadas taxas de abandono da profissão, por parte dos novos profissionais e não só. Como salientado nas narrativas, “alguns dos melhores” estão a desistir.

A competição intraprofissional

Nesta classe profissional, os entrevistados manifestam uma insatisfação com várias dimensões da profissão apontando tensões e conflitos latentes, decorrentes da competição intraprofissional, expressos, nomeadamente, na “corrida” aos concursos ou na “maledicência” sobre trabalho realizado, por parte dos colegas de profissão. Na percepção da profissão, emergem referências discursivas de oposição entre uma concepção impregnada de valores (salvaguarda do património; qualidade do trabalho; ética profissional; a prestação de uma informação que é devida, etc.) e uma concepção mercantil (luta pelo valor mais baixo; a luta pelo reconhecimento; concorrência; conflitos entre profissionais; as informações curriculares fraudulentas – concorrência “profana”).

Fica manifesta a multiplicidade de estatutos profissionais existentes, desde posições estáveis / empregos assalariados permanentes, com “empregos garantidos” (Bernardo), a estágios profissionais precários ou não remunerados, a bolsas de estudo ou de investigação (Remígio, 2010), a trabalhadores independentes que diariamente actuam na conquista de novas relações de emprego efémeras, alvos da hiperflexibilidade dos mercados de trabalho intermitente, da externalização e do *freelancing* (Menger, 2005: 62). Neste campo, regista-se a centralidade atribuída ao trabalho de preservação dos bens culturais por adjudicação, onde os concursos públicos ainda seguem critérios pouco favoráveis a uma intervenção de qualidade, dando primazia ao factor económico (valor final apresentado em orçamento), ao prazo de execução e, por último, ao currículo dos profissionais que coordenarão a obra (Cordeiro, 2010). Neste panorama, competem: profissionais independentes vs. empresas com despesas de gestão acrescidas; pessoal sem formação académica e especializada na área vs. pessoal qualificado e experiente numa determinada especialidade.

A intermitência destes trabalhos por projectos/candidaturas realça os riscos associados ao exercício da profissão, a incerteza e instabilidade do “amanhã” (Menger, 2005; Roulleau-Berger, 2003), sendo esta situação dificilmente comportável para profissionais com encargos mensais estáveis. É neste contexto de incertezas e medos (de perder o seu estatuto profissional; da concorrência; etc.) que se entende a ocorrência de referidas condutas mais desleais, evidenciando-se a acrescida dificuldade de exercício e os dilemas que se levantam numa profissão que defende a necessária cooperação entre equipas (inter)disciplinares. Como relatado em alguns discursos, os participantes não se reconhecem em novas atitudes favoráveis às formas de trabalho mais solitário e menos solidário (Dejours, 2008), posicionando-se antes a favor do colectivo na aprendizagem e progresso profissional. Mesmo distanciando-se deste tipo de posição, alguns interventores são confrontados com esta transacção, pelo facto de serem alvos directos desta envolvente.

Ainda neste ponto, correlacionam-se referências a uma existente competição interprofissional, nos trabalhos a cargo de técnicos de profissões tradicionais (ex: o restauro de mobiliário a cargo de carpinteiros e marceneiros), mas sobretudo fundada na interdependência da profissão face aos conservadores de museus,

responsáveis pela conservação, enriquecimento, estudo, valorização e gestão das colecções dos museus, que recorrem aos serviços do conservador-restaurador, à medida das necessidades. O poder exercido na selecção e definição dos tratamentos, a dependência e frequente subordinação dos conservadores-restauradores a estes outros profissionais, já integrados nas instituições, são apontados por alguns participantes como motivo para a prossecução de métodos pouco saudáveis para as obras (ex: a convivência na escolha de profissionais sem qualificações – Bernardo-, ou o recurso pontual dos serviços do conservador-restaurador já em situações extremas - Maia). A integração dos conservadores-restauradores nas equipas das instituições, que garante uma gestão e acompanhamento continuados das peças, é mencionada como insuficiente e faz com que se continue a chamar este especialista somente à “última hora”.

As dificuldades no sector privado

As acções e estratégias desencadeadas pelos conservadores-restauradores que exercem a sua actividade no sector privado visam a conquista/defesa de um estatuto num mercado fortemente concorrencial e passam pela: afirmação pela diferença face aos concorrentes, através da aposta na *expertise* e qualidade do trabalho; garantia de um trabalho ético; apresentação de propostas e projectos inovadores e de acções integradas; pela recusa em concorrer com base no baixo custo do seu trabalho (redução de valores dos orçamentos para obtenção dos trabalhos); o empenhamento no trabalho que leve à construção de uma imagem de credibilidade e reputação individual que permita construir, progressivamente, um círculo de contactos e recomendações; pela necessidade de aceitarem vários trabalhos para fazer face às despesas mensais; ou ainda pela recusa de trabalhos/encomendas com resultados discutíveis.

O recente decreto-lei nº 140/2009, que estabeleceu “*o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal*” (número 1, do artigo 1º), deixa por regulamentar a execução e fiscalização de trabalhos em bens que não estejam a cargo da administração autárquica e da administração central, situação que contribui para a desregulação do mercado e desprotecção dos conservadores-restauradores liberais (Remígio, 2010). Face à diversidade dos possíveis “proprietários”/“comendatários” (ex: Estado; Igreja; arquivos; museus, associações; centros culturais e fundações; galerias; antiquários; particulares; etc.) e considerando as deficitárias disposições estatutárias que regulamentam o exercício, os critérios de execução e o perfil do especialista responsável por trabalhos “privados” mantêm-se entregues “à sua própria sorte”.

O crescente abandono da profissão

Face à elevada percentagem de profissionais que não encontra trabalho na área (Magalhães, 2010), num contexto de mercado fortemente concorrencial, precarização do emprego, frustração e desencanto com o exercício profissional, o fenómeno do abandono da profissão é uma realidade conhecida no meio (Remígio, 2010). De facto, os casos de ruptura e reconversão profissional são uma constante nos “colegas” de curso, e até nos “melhores” que ensinaram, optando alguns por reiniciar uma formação qualificante (ex: Farmácia; próteses dentárias – citadas por Alice) ou por mudar radicalmente de profissão (ex: “trabalhar nos correios” (Alice); ser motorista ou trabalhar no economato de uma empresa (Maia).

A descrição de percursos de casos concretos, profissionais sem oportunidade, o cansaço profissional provocado pelas dificuldades enfrentadas (económicas; etc.), fazem com que muitos prefiram tomar outro rumo e exercer uma profissão que exija novas competências, novos saberes, por vezes até num domínio profissional sem relação com o precedente. Optando pela reveladora expressão “alguns dos melhores” (Bernardo), a referência a estas “desistências” é também mencionada como uma saída que empobrece a área e deixa um vazio em determinadas especialidades. Neste cenário, a continuidade e permanência na área é concebida como um “privilegio” dos “resistentes”, possivelmente resultado da motivação intrínseca e vocação, como argumentado por Alice: “*Acho que as pessoas que se vão mantendo é porque gostam mesmo do que fazem*” (Alice).

A falta de regulação, fiscalização e supervisão dos trabalhos

Uma das tarefas levadas a cabo para a afirmação do estatuto profissional tem sido a de tentar assegurar a demarcação legal da actividade como seu domínio exclusivo (Dubar & Tripier, 1998). Na análise da regulação da actividade por parte do Estado, com as recentes alterações na conjuntura legal⁶, avançou-se na demarcação deste domínio exclusivo, reconhecendo-se a necessária competência especializada para a execução dos trabalhos. Porém, os participantes colocam sérias dúvidas quanto à implementação, regulação, fiscalização e supervisão dos trabalhos, que consideram ainda diminuta. Esta lacuna é corroborada pela recente divulgação de um *Plano Estratégico para a Conservação e Restauro* da responsabilidade do Ministério da Cultura, apresentado a 4 de Maio de 2011, e que preconiza a criação do *Conselho Regulador da Conservação e Restauro e da Rede Nacional de Conservação e Restauro (RENACOR)*.

Ainda de referir que estas preocupações dos participantes com os mecanismos de regulação deste mercado de trabalho centram-se, maioritariamente, no potencial exercício do poder público, mais do que no trabalho levado a cabo pela associação profissional.

A reduzida identificação com a corporação profissional nacional

Nos quatro casos aqui apresentados, o trabalho e funcionamento da Associação Profissional revelou-se uma questão delicada. A discussão permitiu salientar o progresso na estruturação da profissão e a multiplicidade de iniciativas dos últimos anos, recenseando-se, porém, notas esparsas de cepticismo com críticas concretas: a clara oposição à política de funcionamento; o número reduzido de associados; a falta de transparência dos métodos e decisões; a falta de espírito associativo; a falta de dinamismo, não conseguindo cativar novos sócios; a reduzida intervenção para a promoção dos interesses da classe profissional; a reduzida credibilidade no meio.

O facto de não ser uma associação profissional de direito público é também apontado, por alguns participantes, como uma limitação. Não detendo poder legal de auto-regulação, o actual exercício desta profissão não obriga à inscrição na associação, o que permitiria limitar a entrada de profissionais rivais no seu campo de trabalho, e o seu regulamento vincula apenas os membros inscritos e não propriamente os candidatos ao exercício da profissão. Distanciando-se de algumas práticas de funcionamento desta associação, e não lhe reconhecendo um potencial de melhoria efectiva ou de protecção do exercício, os entrevistados atribuem maior credibilidade e reconhecimento às directrizes profissionais e ao funcionamento de organismos de carácter supranacional (ex: Comité Internacional do ICOM para a Conservação - ICOMCC; Confederação Europeia dos Conservadores-Restauradores - ECCO).

4. Nota conclusiva

Para terminar, resta salientar que a análise e comparação destas narrativas permitiram evidenciar tendências, pontos de convergência e de divergência, levantando oportunas discussões que poderiam dar lugar a um estudo mais aprofundado, considerando estes resultados como a base exploratória e de incursão nesta profissão.

5. Referências bibliográficas

Almeida, António José (2010). Contributos da Sociologia para a compreensão dos processos de profissionalização. In *Mediações*, Vol. 1 – nº 2, pp. 115-127. Consultado em Julho de 2011 em <http://mediacoes.esa.ips.pt/>

Bergeon, Ségolène (1996). La formation de restaurateurs: spécialisation, interdisciplinarité et dangers. In *Cahiers d'étude* du Comité de Conservation (ICOM-CC), nº1, pp.16-17.

- Bertaux, Daniel (1997). *Les récits de vie*. Paris: Ed. Nathan.
- Bourdoncle, R. (1991). La professionnalisation des enseignants : analyses sociologiques anglaises et américaines. In *Revue française de pédagogie*, n° 94, pp. 73-92. Consultado em Janeiro de 2011 em http://www.inrp.fr/publications/edition-electronique/revue-francaise-de-pedagogie/INRP_RF094_8.pdf
- Debroux, Josette (2008). Le « choix » des mots dans la déclaration de sa profession : un indicateur des voies d'accès au métier? In *Socio-logos. Revue de l'association française de sociologie*, n° 3. Consultado em Janeiro de 2011 em <http://socio-logos.revues.org/1502>
- Dejours, C. (2008). *Travail, usure mentale*. Paris: Bayard Centurion, 5ª ed.
- Demaziere, D. & Dubar, C. (1997). *Analyser les entretiens biographiques: l'exemple de récits d'insertion*. Paris : Nathan.
- Demaziere, D. (2007). Quelles temporalités travaillent les entretiens biographiques rétrospectifs?. In *Bulletin de méthodologie sociologique*, n.º 93, pp. 5-27. Consultado em Novembro de 2010 em <http://bms.revues.org/index506.html>
- Drouguet, Noémie (2010). Introduction. La restauration en scène et en coulisse. In *CeROArt* [online], n° 5, pp. 2 a 8. Consultado em Janeiro de 2011 em <http://ceroart.revues.org/index1490.html>
- Dubar, Claude & Tripier, Pierre (1998). *Sociologie des professions*. Paris : Armand Colin.
- Dubar, Claude (1997). *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Falzon, P. (1991). Les activités verbales dans le travail. In R. Amalberti, M. De Montmollin, & J. Theureau (Eds.), *Modèles en analyse du travail*. Bruxelles : Mardaga. pp. 229-252. Consultado em Novembro de 2010 em http://www.cnam.fr/ergonomie/equipe/falzon/articles/pf/les_activ_verbales_travail_91.pdf
- Gonnin-Bolo, A. (2007). *Parcours professionnels. Des métiers pour autrui entre contraintes et plaisir*. Paris: Belin.
- Kramarz, F. (1991). Déclarer sa Profession. In *Revue Française de Sociologie*, n.º XXXII, pp. 3-27.
- Lessard, C., Bourdoncle, R. (2002). Qu'est-ce qu'une formation professionnelle universitaire ? 1. Conceptions de l'université et formation professionnelle. In *Revue française de Pédagogie*, n° 139, pp. 131-154.
- Magalhães, Isabel Raposo de (2010). Conservação do Património: estratégias e oportunidades. Uma reflexão a partir do caso português. In *Conservar Património*, n° 12, pp. 37-41.
- Magalhães, Isabel Raposo de; Curvelo, Alexandra (2007). O Instituto José de Figueiredo/IPCR e a formação. In *Conservação & Restauro. Cadernos*, n° 5, pp. 9-15.
- Menger, P.-M. (2005). *Retrato do Artista enquanto Trabalhador*. Lisboa: Ed. Roma.
- Mucchielli, A. (2007). Les processus intellectuels fondamentaux sous-jacents aux techniques et méthodes qualitatives. In *Recherches Qualitatives, Hors- Série(3)*, pp. 1-27. Consultado em Abril de 2011 em http://www.recherche-qualitative.qc.ca/hors_serie_v3/MucchielliFINAL2.pdf
- Paillé, P., Mucchielli, A. (2003). *L'analyse qualitative en sciences humaines et sociales*. Paris : Armand Colin.
- Pereira, Mário (2002). Restauro, entre o existir e o ser. In *Cadernos Conservação e Restauro*, n.º 2, IPCR, pp. 3-7.
- Philipot, Paul (1960). Réflexions sur le problème de la formation des restaurateurs de peinture et de sculpture. In *Studies in Conservation*, IIC, 5, pp. 61-64.

- Philipot, Paul (1996). La restauration depuis 1945: naissance, développement et problèmes d'une discipline. In *Cahiers d'étude* du Comité de Conservation (ICOM-CC), nº1, pp.16-17.
- Prieur, Muriel (2010). Mais je ne suis pas un monument ! In *CeROArt* [Online], nº 5. Consultado em Janeiro de 2011 em <http://ceroart.revues.org/1406>
- Reille-Taillefert, Geneviève (2010). La médiatisation comme médiation de la restauration? In *CeROArt* [Online], nº 5. Consultado em Janeiro de 2011 em <http://ceroart.revues.org/1449>
- Remigio, A. Varela (2010). O Decreto-Lei n.º 140/2009 como instrumento para a salvaguarda do património cultural e o reconhecimento do papel do conservador-restaurador em Portugal. In *Conservar Património*, nº 12, 2010, pp. 43-50.
- Rouleau-Berger, Laurence (2003). Jeunes, travail et insécurité salariale. In *Empan*, 2003/2 nº 50, pp. 57-61. Consultado em Janeiro de 2011 em <http://www.cairn.info/revue-empan-2003-2-page-57.htm>
- Stake, R. (2009). *A arte da Investigação com Estudos de Caso* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

¹ A comunicação retoma sumariamente os principais resultados da dissertação defendida pela autora, em Outubro de 2011, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Disponível no repositório da Universidade de Lisboa: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4498/2/ulfpie039561_tm_tese.pdf

² A profissão estende-se por 13 especialidades distintas (estabelecidas pela Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal - ARP): Azulejo, Cerâmica e Vidro; Bens Arqueológicos; Bens Etnográficos; Papel; Documentos e Livro; Escultura; Fotografia; Instrumentos Musicais; Metais; Pedra; Pintura; Pintura Mural; Têxteis.

³ Veja-se a síntese dos programas de formação existentes em Portugal (Ensino Superior/pós-Bolonha; outros cursos relacionados com Conservação e Restauro; Ensino Técnico-profissional): <http://www.prorestauro.com/index.php?option=content&task=view&id=33> [Consultado a 27/07/2011]

⁴ A responsabilidade reconhecida e atribuída a técnicos habilitados com formação superior de cinco anos em conservação e restauro e cinco anos de experiência profissional após a obtenção do título académico, sendo que a formação superior e a experiência profissional referidas devem ser relevantes na respectiva área de especialidade e no âmbito das obras ou intervenções em causa - ver artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 140 /2009.

⁵ Podcast da TSF . TSF – Encontros do Património. *Os trabalhos e os dias da Conservação e Restauro*. Emissão de 30.04.2011. Consultado a 15.06.2011 em http://www.tsf.pt/podcast/files/ecp_20110430.mp3.

⁶ Lei de Bases do Património Cultural - Lei nº 107/2000 - e diplomas que a desenvolvem – D. L. 140/2009.